

O imaginário e a fundação do latino-americano pela duplicidade de olhares

Prof. Dr. Melissa Gonçalves Boëchat¹ (UFSJ/UFMG)

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo averiguar em duas leituras do período colonial (um olhar "de fora" e um olhar "de dentro") a formação de um imaginário sobre o conceito de "latino-americano" que até os dias atuais permeia a ideia de um continente em constante construção. As narrativas de Hans Staden e Felipe Guamán Poma de Ayala servem como base para a hipótese de formação de um ideal de território cultural, social e geográfico que teve como base duas narrativas histórico-literárias que carregam em si a gênese do que hoje conhecemos como um continente formado pelo olhar de um Outro que nos define e determina, tendo por base as experiências relatadas durante o período dos descobrimentos. As noções de imaginário e verdade, para tanto, constituem-se em elementos primordiais para a compreensão de tal construção, uma vez que o espaço narrativo seria o único a partir do qual os povos e culturas do Novo Mundo, tidos como inferiores, poderiam ser imaginados e conhecidos.

Palavras-chave: Imaginário, América Latina, Hans Staden, Felipe Guamán Poma de Ayala, Literatura Colonial

(...) todo imaginário humano articula-se por meio de estruturas plurais e irredutíveis, limitadas a três classes que gravitam ao redor dos processos matriciais do 'separar' (heróico), 'incluir' (místico) e 'dramatizar' (disseminador), ou pela distribuição das imagens de uma narrativa ao longo do tempo.

GILBERT DURAND,

As estruturas antropológicas do imaginário

O mundo das ideias, nebuloso e tão instigante para vários saberes, também é constituído por elementos que se fundem e se entrecruzam, estabelecendo a formação de um (ou vários) imaginário(s) sobre o período da conquista do Novo Continente e até mesmo formando o Novo Continente e seu povo.

A intenção de se alcançar a compreensão da formação de uma ideia de nação ou de um imaginário (específico, entre os vários possíveis) a partir de duas narrativas deslocadas no tempo e no espaço é algo intrigante. Vários são os conceitos que estão em jogo. Em primeiro lugar, a formação de uma ideia sobre algo quer seja esse algo um povo, uma sociedade e seu modo de vida, ou o próprio reconhecimento de sua identidade a partir do olhar que se lança ao diferente, ao *outro* parte da ideia de que apenas um vazio existia, o que não é o caso da então descoberta nova terra. Ela sempre existiu para seus habitantes, e também passou a existir para os europeus que ali chegaram a partir de sua "descoberta", de sua "invenção". Entretanto, para os leitores de além-mar, ela se oferecia como realidade, mas não poderia ser mais que a ficção-relato criada pelos viajantes

em suas narrativas e diários de viagem.

Foi nesse plano – o espaço ficcional do papel, construído pela imagem e pela letra – que se deu a formação do território social, político, geográfico e cultural que aqui se considera. A constituição não de uma realidade única, não de um território fixo, mas sim de *imaginários* sobre a terra e os povos que nela coexistiam, seus costumes e suas culturas, uma ideia do que viria a ser uma identidade não apenas geográfica, mas cultural e social, para além das fronteiras daquilo que no Velho Mundo se instituiu como nação.

Em segundo lugar, há que se considerar o que temos em conta por *imaginário*. Tal noção, para este trabalho, considera a visão antropológica de um pensamento que se constrói a partir de experiências e vivências; não é um conceito único, e justamente por isso carrega em si mesmo várias acepções. Pode-se questionar a validade de fazer tal escolha em detrimento de, talvez, uma noção mais literária. A tal questão responde a própria história e essência das duas narrativas aqui estudadas, que não se pretendiam mais do que apenas registros memorialísticos e testemunhais, mais do que somente relatos históricos, várias vezes mencionando a si mesmas, metalinguisticamente, como *verdade*, fazendo inclusive uso de testemunhas e documentos para ratificar tal noção.

A essência das narrativas aqui estudadas – *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden, e *Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno*, de Felipe Guamán Poma de Ayala –, portanto, transita no interstício criado pelo universo histórico e pelo propriamente literário, e os textos, olhar exterior e olhar interior, tornam-se extremamente relevantes para o estudo do novo espaço surgido durante o período colonial, à medida que, por meio de sua leitura, se absorvem todos os universos inseridos nos textos: os originais e os criados pelo encontro possibilitado pelo processo de colonização.

Em sua categoria de “relato verídico”, tal foi o sucesso que a narrativa de Staden encontrou junto à Europa do século XVI que sua obra, já naquele período, foi traduzida para vários idiomas, e hoje se encontram publicadas quase uma centena de edições em alemão, flamengo, holandês, latim, francês, inglês e português (STADEN, 1974, p. 9-10).¹

Em Guamán Poma, é a citação de documentos e textos de outros autores, tais como Agustín de Zárate, Bartolomé de las Casas (que serviu amplamente de fonte de consulta para a obra do autor andino), frei Martín de Morúa, padre Miguel Cabello de Balboa, entre outros, o que confirma sua história como um relato real. Apesar de, segundo estudos de Mercedes López-Baralt e Rolena Adorno, algumas vezes copiar e adulterar os dados dos escritos que menciona, a *Nueva Corónica* se pretende um texto factual, e não literário. Este é o pacto que se dá nas duas narrativas: não uma

¹A primeira edição do livro em português surgiu apenas no século XIX, no ano de 1892, publicada na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

proposta ficcional que tinha como objetivo deleitar a algum provável leitor, mas sim dois relatos de cunho histórico e testemunhal que demonstraram claramente a meta de sua redação: em Guamán, registro memorialístico e testemunho, desejoso de fazer chegar ao rei da Espanha a verdadeira cultura e riqueza dos povos andinos, com os olhos voltados para uma maior justiça no processo da colonização; em Staden, um relato que, dentro do contexto da Reforma Protestante e da Contrarreforma, almejava demonstrar ao duque Philipp de Hessen como seu súdito havia sofrido e que ali, naquele momento, dizia-se grato à bondade divina que, segundo o autor, lhe havia conferido a graça de escapar das mãos dos “selvagens canibais” da tribo dos Tupinambás.

Discutir, portanto, a noção de verdade como elemento significativo para a constituição do latino-americano enquanto categoria, em relatos que não se querem literários e que, em um primeiro momento, se consideram históricos, é uma escolha que nos remete à discussão levantada por vários pensadores, como Jacques Le Goff e Paul Ricoeur, sobre a relação existente entre história e memória, quer seja esta coletiva ou individual, na constituição de relatos que, como aqui defendemos, são co-fundadores de um imaginário sobre os personagens da colonização no período das grandes navegações.

Decidimos mencionar uma passagem significativa do pensamento de Heidegger, analisada por Jacques Le Goff em seu capítulo sobre a História. Para o filósofo alemão, “a história seria não só a projeção que o homem faz do presente no passado, mas a projeção da parte *mais imaginária* do seu presente, a projeção no passado do futuro que ele escolheu, uma história-ficção, uma história-desejo às avessas” (2003, p.29). Ressalto, aqui, a projeção que se refere à parte *mais imaginária*, ou seja, uma *ideia do real* que se quer histórica, *real*, sobre os fatos do passado que são olhados *de fora*, a partir de um momento exterior (presente / futuro), ou seja, uma história que é construída – assim como o imaginário – a partir das escolhas de quem a conta.

Hans Staden opta por um relato originário de um ponto de vista específico, a saber, o de uma memória individual, ou seja, o imaginário que criou a partir das experiências que vivenciou e das coisas que observou durante suas duas viagens ao Brasil no século XVI. Destaco a importância da formação desse imaginário, pois, como aqui se propõe, é uma constituição realizada em duas etapas. A primeira diz respeito à fundação do imaginário do próprio autor sobre os povos e o território com os quais travou contato quando de suas duas viagens. Tal imaginário é bastante fundamentado na primeira parte de *Warhaftige Historia*, em que o viajante opta pelo relato de seu cativo entre os Tupinambás canibais. Sua narrativa poderia aproximar-se mais do que conhecemos hoje como literatura ficcional, pois há um personagem – ele próprio – que passa por várias situações inusitadas, chegando à salvação no fim do relato. Deste modo, pode-se ter um vislumbre autobiográfico nesta parte da narrativa, que não se confirma devido ao curto período de tempo

relatado – os nove meses de seu cativo. Lembramos, ainda, que este não é o pacto de leitura que se trava entre Staden e seus leitores europeus do século XVI, tampouco conosco.

A segunda parte de *Warhaftige historia*, em que ele constrói, a seu modo, uma pequena enciclopédia de hábitos e costumes, flora e fauna brasileiras, é como que uma primeira fonte de consulta para os viajantes europeus que aqui estiveram, principalmente nos séculos XVII e XVIII – período que, conhecidamente, foi o mais profícuo no que se refere ao extenso leque de publicações voltadas para as descrições naturais do ainda Novo Continente, determinando sobremaneira, ao olhar europeu, como se definiria a nova terra.

É importante lembrar que, para os autores aqui em questão, a noção do que seria real ou verídico – a saber, o cotidiano, as práticas e os usos de uma dada sociedade – não se confundia com a noção de imaginário, uma vez que para eles, como se pode perceber pelo discurso enunciado em seus textos, suas narrativas eram o reflexo da própria realidade que estavam ajudando a criar e da qual participavam ativamente. O ato da escrita – manifesto em várias instâncias na zona de contato criada em território colonizado no século XVI, e consequência natural, para os referidos autores, de sua vivência e do resgate de sua própria memória – era um passo a mais no caminho que traçavam para o registro de mais algumas páginas da história do maior encontro já estabelecido entre duas sociedades tão diversas: o antigo mundo europeu – com suas tradições, religiosidade exacerbada (e que, na época, ainda se encontrava imerso em vários e graves conflitos) e valores pautados na ótica da obtenção de riquezas, do lucro a partir da exploração, da extração de metais preciosos como o ouro e a prata – e a construção do Novo Mundo, também repleto de tradições, mas com valores religiosos e culturais completamente diferentes daqueles dos europeus e nada focado na obtenção e manutenção dos bens materiais tão cobiçados pelo colonizador.

Tal era a base da construção teórica de Guamán Poma: partir do registro de sua própria cultura, ainda que, de certo modo, fundindo-a à cultura do *outro* europeu, para chegar ao ponto de crítica à má administração realizada pelos representantes enviados pela metrópole à colônia. Esse processo de “tradução cultural” que encontramos na *Nueva Corónica* é uma demonstração de que o universo ao qual os povos andinos pertenciam estava longe de ser aquele universo imaginado pelos espanhóis; a desconstrução processada pelo autor indígena é uma estratégia, ainda que não se possa mensurar sua eficiência, para que o processo de colonização não extinguisse uma cultura que não era inferior ou superior à europeia – era, apenas, *outra*, com suas diferenças e peculiaridades.

O cotidiano dos povos indígenas – tanto andinos quanto nativos colonizados pelos portugueses – parecia estar permanentemente encoberto pela cortina do menosprezo, ignorância e desconhecimento do olhar do colonizador. Por não perceber a diferença e optar por uma percepção pautada em sua própria noção do que seria correto, moral e ético, dentro de seus padrões – o que,

como se comprovou posteriormente, eles próprios não chegavam a seguir , o europeu terminou por inventar uma terra a partir de seus próprios filtros e preconceitos, o que, para eles, há que se dizer, não era propositadamente uma ficção; sua construção nada mais era do que a de um cotidiano filtrado por seu assombro frente ao desconhecido.

Essa distinção entre o que seria o Novo Mundo e a própria veracidade do imaginário constituído a partir de um *real histórico* nos leva de volta à discussão conceitual levantada no início deste trabalho, quando mencionamos a formação de um imaginário “específico”. Escolher utilizar o termo em sua forma plural ou singular, abrindo, entretanto, espaço para suas várias interpretações, implica uma decisão não excludente ou abrangente, mas, antes que isso, delimitadora, que se adéqua a cada momento e a cada situação que aqui analisamos.

Cabe, portanto, expandir um pouco o uso do imaginário que, como conceito, desenvolvi anteriormente. Poderíamos nos ater apenas à dimensão bachelardiana de um imaginário poético, em que a imaginação é algo livre e evasivo (o que não é a proposta de duas obras que se pretendem relatos verídicos, como discutido anteriormente); entretanto, ao não considerar tal dimensão, deixaríamos de lado a aceitação de sua vertente de abertura à novidade e à experiência, que também fazem parte do capítulo da conquista do Novo Continente. Entretanto, Jacques Le Goff também nos presta uma grande contribuição com a proposta de um imaginário que é, antes de tudo, criativo, presente no campo das representações não como uma espécie de tradutor, mas sim, constituinte, uma vez que ultrapassa a criação intelectual.

Isso posto, ao considerar que o vocábulo latino *imaginarius* traz a “representação de um objeto ou a reprodução mental de uma sensação na ausência da causa que a produziu”, e que “essa representação mental, consciente ou não, é formada a partir de vivências, lembranças e percepções passadas e passível de ser modificada por novas experiências” (SILVA, 2010), Josimey Costa Silva traça um panorama que se faz completamente aplicável para a análise proposta, a partir do uso de todas estas definições que, aqui, se associam ao pensamento de Gilbert Durand, e que nos permitem afirmar que a escrita dos dois autores aqui em questão terminou por nos dar o subsídio necessário tanto para reconhecer, no autor peruano, a visão do indígena andino sobre sua própria civilização e sobre o *outro* europeu que então chegava a seu espaço, assim como para verificar a importância da obra de Staden para a constituição dos imaginários que se formaram no Velho Continente, a partir de sua narrativa e de outras, anteriores ou que a ela se seguiram, sobre a civilização da nova terra.

Uma parcela da história do período dos descobrimentos, registrada por dois homens que faziam parte da máquina da colonização, ainda que em diferentes momentos, em diferentes regiões do Novo Mundo, em diferentes posições sociais e por motivos diversos, acabou por conformar na mente dos leitores (sejam os leitores de Staden no século XVI ou mais recentemente os de Guamán

Poma, devido à sua ulterior recepção, ocasionada pelo desaparecimento do manuscrito por três séculos) uma construção – que se leia imaginária, fictícia, irreal, fantasiosa, ou ainda verídica, factual, memorialista e testemunhal, uma vez que passa pela vivência de quem escreve, mas se plasma na imaginação distante de quem lê – da experiência do que se convencionou chamar “descoberta” do Novo Continente.

Nos primeiros anos que se seguiram ao descobrimento – que Guillermo Giucci (1992) delimita como o primeiro momento da colonização, entre a chegada de Colombo à Ilha de Guanahaní e a publicação de *Warhaftige Historia*, de Hans Staden –, várias foram as novidades, os percalços, os sustos, as surpresas e as experiências pelas quais passaram os viajantes. A literatura do momento imediato à chegada é marcada pelos relatos do maravilhoso, transcrições de uma realidade inimaginável com a qual passam a ter contato. A experiência é tão forte e assustadora que se fazia *mister* relatá-la aos que não tinham a possibilidade de vivenciá-la. Faltavam palavras; as comparações não chegavam sequer a arranhar a superfície da realidade, e constituiu-se, assim, uma literatura marcada por excessos em adjetivos e descrições.

Stephan Greenblat questiona o que significaria ter a experiência do maravilhoso, e a associa à própria experiência de ser criança. Assim como Gilbert Durand coloca o imaginário em conexão com a infância (classificando-o como a “infância da consciência”), também o crítico e teórico literário estadunidense recorre à etapa inocente da existência humana para tentar encontrar uma resposta para sua questão. Para tanto, referindo-se a Miguel de Certeau, nos afirma que “a alegre e silenciosa experiência da infância [seria]: *ser outro e caminhar em direção ao outro*” (DE CERTEAU, 1984, p.110). Esse caminhar, entretanto, na maioria das vezes não se refere a um encontro, a uma busca de conhecimento do *outro*, mas sim a uma ação sobre esse *outro* – nem sempre positiva, respeitosa ou em uma relação de troca de experiências e aprendizados. O europeu, uma vez que partia dessa sensação de maravilhamento que o dominava (quer esta fosse prazerosa ou dolorosa, de medo ou admiração), criava representações – ações que aqui, como nos interessa, são representações literárias – movidas não pela razão, mas pela emoção.

Supõe-se que a experiência do europeu (que não era única, uma vez que as diferenças culturais entre os europeus também eram diversas) se assemelhava, em geral, ao “reflexo do susto” que as crianças têm quando se deparam com algo novo e surpreendente: “olhos arregalados, braços esticados, respiração suspensa, o corpo inteiro momentaneamente convulsionado” (GREENBLATT, 1996, p. 31). Vários são os relatos realizados pelas próprias plumas dos viajantes que nos permitem corroborar a analogia apresentada por Greenblatt, em que a admiração pelo que encontram, além de remeter às monstruosidades relatadas nos bestiários medievais, expressam assombro e exagero frente à novidade que encontram.

Em *Duas viagens ao Brasil*, tomam peso maior não tanto os elementos naturais, que, como afirmamos, já haviam sido descritos pelos primeiros cronistas, mas sim os fatos que tiveram mais influência no período em que Staden permaneceu entre os Tupinambás, principalmente o canibalismo. Tal característica dos povos do Novo Mundo (há que se ressaltar que tal costume não era prática comum a todas as tribos encontradas no Novo Continente) criou uma imagem perversa no imaginário do colonizador sobre os habitantes nativos, uma vez que tais costumes não faziam parte da cultura e dos hábitos dos europeus. Entretanto, Frank Lestringant, em seu livro *O canibal: grandeza e decadência*, nos lembra que, no cerco de Jerusalém por Tito, mães foram levadas a matar e a comer sua própria prole, demonstrando que não apenas nas civilizações que então passam a carregar a alcunha de ‘selvagens’ e ‘bárbaras’ a antropofagia existiu como uma ação recorrente.

Após a publicação dos textos de Staden e de outros visitantes que estiveram nas novas terras, várias foram as representações – em imagem e letra – sobre os ditos povos “bárbaros” encontrados ali. Algumas considerações positivas, outras negativas; ia-se constituindo um imaginário a partir das descrições feitas e pela observação das imagens presentes nos relatos dos viajantes, sobre aqueles homens exóticos e exuberantes, de características extremamente positivas quando dentro de suas próprias sociedades, e cruéis com seus inimigos. Guamán Poma difere as tribos indígenas andinas de sua nomenclatura abrangentemente comum – incas –, explicando que estes eram cruéis com os demais grupos que habitavam o território das cordilheiras, o que terminou por justificar a facilidade com que os espanhóis conquistaram aquela região: pelas frequentes guerras entre os diversos grupos autóctones, as tribos locais subjugadas aos incas terminaram por lutar contra eles, ao lado do europeu, durante a colonização espanhola, o que ocasionou a derrota da hegemonia incaica com a morte de Atahualpa, episódio relatado por Guamán Poma na primeira parte de sua *Nueva Corónica*.

Se houvesse sido amplamente lido no período em que foi concluído, talvez o manuscrito de Guamán Poma tivesse gerado outra ideia sobre os habitantes do Novo Mundo. Escrita por um nativo, a imagem que se tem hoje ao se ler a narrativa epistolar de Ayala é a de uma civilização completamente organizada e estruturada, com sólidas bases administrativas e religiosas, que em nada ficava a dever ao colonizador espanhol. É sabida, e não ignorada, a diferença existente não apenas entre os indígenas encontrados pelos colonizadores espanhóis e aqueles conquistados pelos portugueses; as diversas tribos existentes ao longo de todo o território recém-descoberto eram bastante distintas em seus costumes e modos, mas apresentavam vários elementos em comum – entre eles, a ausência da escrita. Apesar de não possuir um alfabeto estruturado, os nativos andinos registravam sua história, memória e outros dados, por exemplo, em tecidos e *quipos*, em formas geométricas, desenhos e nós dados em cordas, de diferentes tamanhos, cores e altura.

A memória que se julgou perdida pela falta da palavra escrita estava presente, portanto, em outras formas de registro, que ainda hoje historiadores e arqueólogos têm descoberto. Ela – a memória – possui uma forte ligação com o imaginário. Lembramos a definição deste último conceito por Deleuze – “representação de um objeto ou a reprodução mental de uma sensação na ausência da causa que a produziu”. Há nesta explicação muito do que diz Pierre Janet², que

[c]onsidera que o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’, que se caracteriza antes de mais nada pela sua função social, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. (JANET apud LE GOFF, 2003. p.41).

Logo, assim como o imaginário é a representação de algo em sua ausência, ou seja, a criação de uma ideia a partir de outras informações que não são o objeto criado em si (neste caso, o território que se convencionou chamar posteriormente América Latina, ideado pelos leitores de Staden, imaginado e reproduzido por ele e por Guamán Poma a partir da linguagem verbal e iconográfica), a memória geradora desse imaginário traduzida para a letra foi responsável por meio da própria ausência do verídico, do cotidiano pela constituição desse novo universo para o europeu. As gravuras de Theodor de Bry e outros relatos posteriores fundamentados nas viagens de Staden são, portanto, parte desse imaginário constituído por meio de sua narrativa; são, em si, originários (pela memória) e dão origem ao que passou a ser o Novo Continente, seus povos e seu estilo de vida aos olhos do Velho Mundo.

Hans Staden nos apresenta o indígena capturado por seu olhar estrangeiro; Guamán Poma nos mostra o indígena por seu olhar ora indígena, ora influenciado por sua vivência entre os espanhóis e, ainda, por suas leituras. Imaginários à parte, também o autóctone antropófago Tupinambá de Staden tinha sua ordem estabelecida – ordem que o autor alemão também relata na segunda parte de sua narrativa. Cruel ou bondoso, humilde ou guerreiro, talvez o habitante do Novo Mundo respondesse afirmativamente à proposta de Aristóteles, em sua *Política*, sobre a ‘servidão natural’, em que a mente comanda o corpo, o entendimento comanda os afetos e o senhor comanda o escravo, obedecendo a uma extensão natural aplicável à nova situação da colonização, em que o viajante comandaria o aborígene.

Nesse jogo de poder, fato é que a ficção criada em torno do novo território foi o que acabou por dominar o imaginário que o constituiu, assim como dominou os povos autóctones, infiltrando o europeu na própria cultura nativa e transformando-a, ressignificando-a e, por fim, dela tirando proveito a favor de seus propósitos.

² Citado por Florès (1972, p.12) em *História e Memória*, de Jacques Le Goff.

Referências Bibliográficas

- 1] ADORNO, Rolena. *Cronista y príncipe: La obra de Don Felipe Guamán Poma de Ayala*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1989.
- 2] DE CERTEAU, Michel. *The practice of everyday life*. Translation (fr.) Steven Rendall. Berkeley, University of California Press, 1984, p.110. In: GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- 3] _____. Íconos de persuasión: la predicación y la política en el Perú colonial. In: LÓPEZ-BARALT, Mercedes. *Iconografía política del Nuevo Mundo*. San José: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1990.
- 4] _____. *Guamán Poma: Writing and Resistance in Colonial Peru*. Segunda edição com nova introdução. Austin: University of Texas Press, 2000.
- 5] AYALA, Felipe Guamán Poma de. *Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno [1615]*, editado por Franklin Pease G.Y. Vocabulário e traduções do quechua por Jan Szeminski. 3 volumes. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- 6] _____. *Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno [1615]*. Disponível em versão digital em <<http://www.kb.dk/elib/mss/poma/>>. Acesso em 10/08/2006.
- 7] DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Tradução de Hélder Godinho. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- 8] GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- 9] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- 10] LESTRINGANT, Frank. *Mapping the Renaissance World: the geographical imagination in the age of discovery*. Tradução de David Fausset. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, Berkeley, 1994.
- 11] _____. *O canibal grandeza e decadência*. Tradução de Mary Lucy Murray del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- 12] LÓPEZ-BARALT, Mercedes. *Ícono y conquista: Guamán Poma de Ayala*. Madrid: Hiperion, 1988.
- 13] SILVA, Josimey Costa da Silva. *Sobre o imaginário*. In: <<http://rizomando.blogspot.com/2005/01/sobre-o-imaginrio-de-josimey-costa-da.html>>. Acesso em 12/12/2010.
- 14] STADEN, Hans. *The true history of his captivity*. Translated and edited by Malcolm Letts. London: George Routledge & Sons, 1928.
- 15] _____. *Duas viagens ao Brasil*. Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

i Melissa Gonçalves BOËCHAT, Prof^{ra}. Dra./ bolsista PRODOC/CAPES

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Programa de Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura (PROMEL)

Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - bolsista CAPES

(melissa@ufsj.edu.br/ mgboechat@yahoo.com.br)